AS VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL VIVENCIADAS POR MORADORAS DE RUA

Clarissa De Antoni¹

Aline Assmann Ruas Munhós

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, UFCSA, Brasil.

RESUMO. A presença de mulheres moradoras de rua é uma realidade crescente no Brasil e há escassos estudos sobre esse fenômeno, principalmente os que evidenciam os fatores de risco enfrentados pelas mesmas. Este estudo investigou a percepção de moradoras de rua da cidade Porto Alegre, Brasil, sobre a violência que vivenciaram em seus sistemas ecológicos, por meio da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Trata-se de um estudo qualitativo de cunho exploratório, no qual seis participantes foram entrevistadas. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, e emergiram duas categorias: violência institucional e a violência estrutural. Essas violências estão presentes em todos os contextos ecológicos (micro-, meso-, exo- e macrosistema). Na institucional, evidenciou-se principalmente aquela perpetrada por profissionais vinculados a instituições públicas; e na estrutural, relacionada às diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. Conclui-se que a existência de múltiplas formas de violência leva a situações de vulnerabilidade que agravam ainda mais o quadro de miserabilidade a que estão expostas e a qualidade de vida dessas moradoras. Além disso essas violências oprimem sua individualidade, seus desejos e necessidades.

Palavras-chave: Sem-teto; violência; mulheres.

THE INSTITUTIONAL VIOLENCE AND STRUCTURAL VIOLENCE EXPERIENCED BY HOMELESS WOMEN

ABSTRACT. Homeless women population is a growing reality in Brazil and there are few studies on this phenomenon, especially those that show the risk factors faced by them. This study aimed to investigate the homeless women perception in the city of Porto Alegre, Brazil, regarding the violence they experienced in their ecological systems through the Ecological Systems Theory of Human Development. This is a qualitative and exploratory study, in which six women were interviewed. After content analysis, two categories regarding violence emerged: the Institutional Violence and the Structural Violence, that are present in all ecological contexts (micro, meso, exo and macrosystem). In Institutional, the violence mainly evidenced is that perpetrated by professionals linked to public institutions; and structural, related to different forms of maintenance of social, cultural, gender, age and ethnic inequalities, producing misery, hunger, and various forms of submission and exploitation of some people by others. In conclusion, the existence of multiple forms of violence leads to vulnerabilities that further aggravate the misery situation/scenario which they are exposed to and also the quality of life of these residents. Moreover, such violence oppresses their individuality, their wishes and needs.

Keywords: Homeless; violence; woman.

LA VIOLENCIA INSTITUCIONAL Y ESTRUCTURAL EXPERIMENTADO POR MUJERES SIN VIVENDA

RESUMEN. La presencia de las mujeres sin vivienda es una realidad que crece en Brasil y hay pocos estudios sobre este fenómeno, especialmente aquellos que muestran los factores de riesgo que enfrentan las mujeres. Este estudio investigó la percepción de los residentes de la calle de la ciudad de Porto Alegre, Brasil, en la violencia que se vive en sus sistemas ecológicos a través de la Teoría Bioecológica de Desarrollo Humano. Se trata de un estudio cualitativo de carácter exploratorio, en el que se entrevistó a seis participantes. Los datos fueron sometidos a análisis de contenido, y

¹ E-mail: clarissadeantoni@yahoo.com.br

emergieron dos categorías: violencia institucional y estructural. Este tipo de violencia está presente en todos los contextos ecológicos (micro, meso, exo y macrosistema). En institucional, principalmente evidenciado perpetrado por profesionales vinculados a las instituciones públicas; y estructural, relacionada con diferentes formas de mantenimiento de las desigualdades sociales, culturales, de género, la edad y la miseria que produce étnica, el hambre, y diversas formas de presentación y explotación de algunas personas por otros. De ello se desprende que la existencia de múltiples formas de violencia conduce a vulnerabilidades que agravan aún más el marco dentro del cual la miseria están expuestas y la calidad de vida. Por otra parte, este tipo de violencia oprime a su individualidad, sus deseos y necesidades.

Palabras-clave: Sin vivienda; violencia; mujeres.

Introdução

“Violência pra mim é não ter uma vida digna”. Elisabeth, 55 anos, moradora de rua.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio do decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, caracterizando essa população como um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população também se caracteriza pela utilização de logradouros públicos, áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Portanto, segundo Schuch e Gehlen (2012), a população “em situação de rua” é definida a partir da pobreza, da interrupção de vínculos familiares e pela inexistência de moradia regular convencional. É constituída somente de atributos não possuídos, além de ser caracterizada pela dependência de agentes e instituições pela utilização de serviços de acolhimento ou moradia temporária ou provisória. Uma das dificuldades de se estudar essa população, segundo Lovisi (2000), são as limitações metodológicas que existem, como a dificuldade de uma conceituação padronizada dessa população que seja compartilhada pela maioria dos pesquisadores.

Para Rosa (2005), a rua se manifesta como um local de abrigo para aqueles que dormem nesse espaço ou aqueles que buscam a rua para constituir seu modo de vida. Estar em situação de rua corresponde à condição de extrema miséria, na qual são negados os direitos fundamentais de um cidadão, representando um processo crônico de exclusão social (Botti & cols., 2010). Rosa (2005) estabelece ainda três classificações possíveis de identificação das distintas situações em relação à rua, sendo elas o “ficar na rua”, o “estar na rua” e o “ser da rua”. O “ficar na rua” se constitui em uma situação circunstancial, isto é, transitória e inesperada e essas pessoas ainda têm receio de dormir e permanecer na rua. O “estar na rua” implica naqueles que procuram a rua para pernoite, porém não há mais o receio da mesma já que existem os primeiros indícios de estabelecimento de relações com os que também estão na rua. E a situação de “ser de rua” daqueles que fazem dessa sua moradia praticamente definitiva.

Morar na rua é um desafio. Conforme Dantas (2007), a população em situação de rua está vulnerável, em vários aspectos, como nas relações familiares e comunitárias. Há vivências contínuas de situações de discriminação por parte da sociedade, exposição à violência, imprevisibilidade, adoecimento psíquico e físico e privação de necessidades básicas. Além da desgastante luta diária pela sobrevivência que pode provocar nas pessoas em situação de rua sentimentos de desamparo, angústia, abandono, desespero, perda da autoestima e da identidade, tristeza e indiferença. Portanto, as pessoas em situação de rua estão expostas a todos os tipos de violência.

Observa-se que essa população cresce consideravelmente no Brasil a cada ano. Na Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada pelo MDS, entre agosto de 2007 a março de 2008, foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua em 71 municípios pesquisados, sendo excluídos desse universo os municípios que realizaram recentemente levantamento semelhante (Belo Horizonte- MG, São Paulo-SP, Recife- PE e Porto Alegre- RS), portanto, na realidade o número de indivíduos é maior. Entretanto são escassos os estudos no Brasil sobre pessoas em situação de moradia na rua. Neste estudo, foi possível auferir uma diversidade de dados relativos ao perfil (características

socioeconômicas e formação escolar); trajetória de rua (razões de ida à rua, deslocamentos, entre outros); histórico de internação em instituições; pernoite, vínculos familiares e trabalho; acesso à alimentação, serviços e cidadania; discriminações sofridas; participação em movimentos sociais. Além de evidenciar uma característica prevalente, a de que 82% dos moradores pesquisados eram homens (MDS, 2008).

Contudo o número de mulheres vem crescendo e, quando se encontram em situação de rua, a vulnerabilidade a que estão sujeitas é ainda maior por sua condição de gênero. Conforme estudo realizado em Porto Alegre/RS com moradoras de rua, as mulheres nessa situação confirmaram a desvalorização que sofrem, principalmente em relação ao trabalho, nos relacionamentos e na banalização da violência sofrida (Prates, Abreu, & Cezimbra, 2004).

Segundo Frangela (2004), o espaço da rua é composto por discursos, práticas e pertinências relativas a um universo eminentemente masculino. A figura do morador de rua é representada pela figura do homem, provedor desempregado que circula para procurar trabalho e sem outras opções acaba por ficar na rua. A mulher foi entrando gradualmente nesse universo da rua, desalojando os limites do espaço ao qual está circunscrita nas práticas e representações, ou seja, a casa.

Do ponto de vista de gênero, meninas e mulheres que permanecem nas ruas enfrentam continuamente o caráter masculino que reveste o mundo da rua. Os discursos de masculinidade e o imaginário da mulher idealizada feminina, limpa, que mora em casa, projetam-se sobre o universo feminino das ruas. Muitas vezes se veem obrigadas a escolher um parceiro que zele por elas e ajude na sua sobrevivência nas ruas. Por outro lado, homens e mulheres compartilham na prática as mesmas atividades, os mesmos espaços e comportamentos, como o uso de drogas, incluindo o álcool.

De acordo com a revisão da literatura, aparecem como motivos para estar em situação de rua o abuso de álcool e outras drogas que levam a conflitos familiares, o rompimento dessas relações e o desemprego. Além desses, podem estar nessa população egressos de hospitais psiquiátricos e pessoas com transtornos mentais leves ou severos e persistentes. Entre os fatores da rua encontram-se os estruturais, biográficos e desastres de massa e/ou naturais (Botti & cols., 2010; Carloto & Garcia, 2009).

Em revisão sistemática, realizada pelas pesquisadoras, de artigos anexados em bases de dados publicados nos últimos 15 anos sobre mulheres moradoras de rua/ sem teto, observa-se que ainda são escassos os estudos sobre essa população. As bases foram SCIELO, periódico CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde, LILACS e PePSIC. Neste estudo, as pesquisadoras optaram pela busca de artigos brasileiros em função da análise contextual do fenômeno no Brasil. O único estudo encontrado publicado foi realizado por Rosa e Bretãs (2015), que também expõe a falta de artigos recentes publicados, moradoras de rua e a violência.

A violência perpassa a vida dessas moradoras de rua. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como violência o uso intencional da força física, poder real ou sob forma de ameaça contra si própria, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação de liberdade (OMS, 2002). Violência que, segundo Foucault (2012), age diretamente sobre um corpo, utilizando a força, submissão, coação e até mesmo destruição como formas de ação. Ao contrário do poder, a violência anula as possibilidades de ação e, por essa razão, não pode ser tomada como princípio fundamental ou base para o mesmo. Isso porque uma condição importante para o exercício do poder é a liberdade da pessoa que sofre sua ação. Arendt (1994) complementa o conceito de violência, trazendo que este seria um meio e um instrumento para a conquista do poder. Ressalta que só existe violência quando há incapacidade de argumentação e de convencimento para com o outro.

Para a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), de Urie Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento humano consiste em um processo de interação recíproca entre a pessoa e o seu ambiente. Este é composto por quatro dimensões inter-relacionadas: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT). Nessa teoria, os processos psicológicos passam a serem propriedades de sistemas, nas quais a pessoa é apenas um dos elementos, sendo foco principal os processos e as interações. Segundo Bronfenbrenner, os sistemas ecológicos são formados por contextos e compreendem a interação de quatro níveis ambientais, denominados microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema que interagem entre si, formando o meio ambiente ecológico. O microssistema é definido

como um contexto mais imediato, onde a pessoa efetua trocas, desempenha atividades e papéis sociais, estabelece relações interpessoais e experiencia seu processo de desenvolvimento. A rua, por exemplo, é o microsistema dessas mulheres, como também o local onde ocorre o acolhimento institucional, quando as mesmas utilizam esse serviço. O termo experienciado é utilizado a fim de se ressaltar a maneira como a pessoa percebe e dá significado ao que vivencia no ambiente, indo além das características objetivas do meio.

O mesossistema compreende o conjunto de microsistemas e as relações estabelecidas entre eles, como a rua, o serviço de saúde, o acolhimento institucional, entre outros. Os processos que operam em diferentes ambientes frequentados pela pessoa são interdependentes, influenciando-se mutuamente. O exossistema envolve os ambientes em que a pessoa não participa ativamente, mas que desempenham influência indireta sobre seu desenvolvimento, como, por exemplo, a aplicação das políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), decisões quanto a políticas de segurança, meio ambiente, saúde e aplicação dos direitos humanos. Já o macrosistema é composto pelo conjunto de ideologias, valores, crenças, religiões, forma de governo, além dos aspectos econômicos, sociais, históricos, culturais e subculturais, presentes no cotidiano das pessoas (Bronfenbrenner, 2011).

Portanto, o objetivo deste estudo foi investigar como as mulheres moradoras de rua de Porto Alegre percebem a violência que elas vivenciaram e/ou presenciaram nos seus sistemas ecológicos. Compreende-se que a violência ocorre de diferentes formas nos diferentes contextos.

Método

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo e exploratório. Participaram deste estudo seis moradoras de rua em Porto Alegre, RS. Foram consideradas moradoras de rua aquelas que não apenas obtêm da rua o seu sustento, mas também têm a rua como sua moradia ainda que optem por dormir eventualmente em instituições de acolhimento para migrantes e moradores de rua. Como critério para a composição do número de participantes, optou-se pelo de saturação dos dados. Os fatores de inclusão da pesquisa foram mulheres maiores de 21 anos, que estivessem na rua há pelo menos seis meses e que não apresentassem estar sobre o efeito de substâncias psicoativas como álcool e outras drogas. Já os critérios de exclusão foram mulheres com evidências de transtornos mentais severos e persistentes.

A amostra foi por conveniência, isto é, aquelas que se mostraram disponíveis para participar da pesquisa, realizadas no espaço físico do Centropop, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, local de acolhimento social para essa população. Eventualmente, os moradores de rua o frequentam durante o dia em busca de alimentação, higiene e atividades de lazer. Esse serviço realiza acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades e fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, além da possibilidade de participar de atividades grupais, oficinas socioeducativas, de terapia ocupacional, de cultura, assembleias, oficina de vídeo, debate, entre outros. Também são realizados um trabalho preventivo na educação e cuidados com a saúde e encaminhamentos à rede de saúde do município.

Foi realizada uma entrevista semiestruturada, elaborada pelas pesquisadoras. A entrevista abarcou questões referentes às percepções sobre a violência vivenciada e/ou presenciada. A partir das respostas fornecidas, foram investigados mais profundamente as situações de violência vividas, as percepções e os sentimentos sobre esse fato. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, que possibilitou emergir categorias de sentido *a posteriori* na fala das participantes (Bardin, 2011).

As entrevistas foram realizadas no CENTROPOP, com autorização do coordenador do serviço. Este estudo segue todos os preceitos éticos com seres humanos, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal das Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA - sob o número do protocolo nº 512.240. As entrevistas foram realizadas depois da concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente.

Análise e discussão dos resultados

O primeiro resultado da pesquisa foi traçar o perfil biopsicossocial das participantes. O intervalo de idade das participantes variou entre 25 a 55 anos, a etnia autorreferida como sendo de três negras, duas brancas e uma parda. Cinco são solteiras e uma, viúva. Todas têm filhos, com variação de um a cinco filhos. O intervalo de tempo de moradia na rua é de dez a 36 anos. Observa-se que foram variados os motivos de irem morar na rua, porém todas relataram pertencer a famílias em situação de vulnerabilidade social e ter vivenciado a morte de familiares, o abandono dos pais, conflitos familiares e a violência conjugal. A fim de se salvaguardar a identidade das participantes, foram criados nomes fictícios para as mesmas.

A partir das análises, foram encontradas categorias relacionadas às violências física, psicológica, sexual, institucional e estrutural. Neste artigo foram abordadas especificamente as categorias: 1) Violência Institucional e 2) Violência Estrutural. A seguir serão apresentadas e discutidas essas categorias.

Violência nos sistemas ecológicos (contexto)

Trata-se das violências existentes nos diversos contextos nos quais as moradoras de rua transitam (microssistemas) e estas sofrem influências pela cultura, subcultura, ideologias e modos de vida (macrossistema). Essas violências marcam significativamente suas vidas. Na institucional, evidenciou-se principalmente aquela perpetrada por instituições e seus agentes, e, na estrutural, a relacionada à estrutura socioeconômica e política que reforça a manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas.

1) Violência institucional

O conceito de violência institucional, adotado neste estudo, está em consonância com o desenvolvido por Minayo (2007), que refere ser aquela que existe dentro das instituições, sobretudo por meio de suas regras, normas de funcionamento e relações burocráticas e políticas, reproduzindo as estruturas sociais injustas. Exemplo da fala de Luciane, quando estava internada em uma instituição de acolhimento para adolescentes aos 14 anos:

É a gente, quando brigava, era amarrada no quarto. Eles vinham pra dar remédio pra gente dormir, mas a gente não queria tomar remédio, eles davam injeção na gente, pra gente dormir. A gente dormia até à uma hora da manhã, sem comer, sem nada, e eles ainda amarravam a gente no colchão sem nada, só amarrada com o lençol enrolado.

A forma de tratamento adotado pela instituição denota que a mesma possuía “regras informais” e normas de funcionamento que infringiam os direitos humanos, tanto da Luciane, como das demais pessoas que estavam naquela instituição de acolhimento. A instituição reproduzia a lógica da punição como método corretivo do comportamento, sem levar em conta o sofrimento causado por essa forma de funcionamento. Sentimentos negativos, expressos por moradoras de rua quanto à violência institucional, também foram encontrados no estudo de Tiradentes (2007) no qual elas referem sofrer maus-tratos pelos funcionários e sentem-se desprezadas ou humilhadas com a situação. O mesmo estudo aborda os sentimentos repercutidos, pois 60% se sentiram discriminadas, sozinhas e desgostosas, também 47,5% citaram a falta de segurança e 30%, o medo do ataque físico.

Outra questão relacionada a essas normas nas instituições de acolhimento aparece na fala de Daniele: “*Tem muitas regras. Se eles te dão uma roupa lá dentro, tu não podes usar outra, não podes trocar, senão qualquer coisa tu levavas suspensão*”. Dados de uma realidade institucional também encontrada no estudo de Tiradentes (2007) no qual metade das mulheres entrevistadas (50%) considera que no albergue sua liberdade é tolhida, pois existem muitas regras impostas como o horário para entrar

e sair do albergue, horário para ir dormir, necessidade de tomar banho, não poder dormir com o companheiro, entre outras. Essas regras também foram encontradas nesta fala:

Não dá pra conversar com os homens (os alojamentos são separados por sexo)... não pode conversar alto lá, porque os outros querem dormir... tem que acordar muito cedo, às 5 horas, na rua não tem hora, tu podes dormir, é ruim que tu tem que ficar esperando na fila pra entrar (Daniele, 25 anos).

E, na fala de Letícia, 39 anos: *“É muito bom albergue, não to falando... mas é que tira um pouco a liberdade, coisa que Deus nos deu, né?”*. Observa-se na fala das participantes que as instituições muitas vezes se caracterizam como um local de acúmulo de pessoas, com regras rígidas, de observação e punição de comportamentos. Não são acolhidas suas necessidades, individualidades e nem mesmo é valorizada a socialização entre as pessoas.

A partir do momento em que se entra em uma dessas instituições, parece que a identidade das participantes é retirada ou perde valor. As necessidades individuais são desconsideradas em prol da coletividade. Prevalencem as regras de convivência, que convêm aos gestores ou funcionários. As normas em si são também propulsoras do desenvolvimento quando beneficiam a organização das demandas da pessoa e do ambiente (Bronfenbrenner, 2011). Entretanto, se a pessoa experiencia como algo negativo em seu processo, o sentimento que prevalece é o de não liberdade, como no caso das moradoras de rua. E isso pode afetar a relação de vinculação ao serviço e ao programa como um todo. Talvez essa falta de negociação prejudique a consolidação de uma política de atendimento que atue de forma mais eficaz.

A violência institucional ocorre também na forma como são oferecidos, negados ou negligenciados os serviços públicos. Os principais exemplos são os serviços de saúde, de seguridade social e de segurança pública. A questão da violência institucional, perpetrada pelos órgãos de segurança pública, aparece nas falas de cinco participantes e se manifesta na pessoa, em seu processo proximal e nos contextos nos quais frequenta, como no exemplo de Luciane, 31 anos: *“Ah, quando eles (polícia militar) veem que é morador de rua, eles não tão nem aí, a gente também é lixo pra eles”*, ou *“Tem vezes que nem conversar eles conversam, tem vezes que eles já chegam dando pau na gente”*. No exemplo de Ana, 28 anos: *“Eu tava esperando uma colega pra ir trabalhar, nós puxamos carrinho, e eles (policiais) estavam chegando e dando pau em todo mundo, e me deram com porrete, que deslocaram um dedo e me deixaram roxa”*. E na fala de Regina, 29 anos: *“Por ser morador de rua eles (policiais) já chegam te batendo, nem explicando o motivo da abordagem”*.

Essas falas demonstram a forma como as moradoras de rua são tratadas pelos policiais e parecem retratar a invisibilidade das mesmas frente ao abuso de autoridade. A violência institucional (microssistema) reflete a violência estrutural existente no macrossistema, isto é, a opressão vivenciada e o sentimento de impotência frente a essa condição estabelecida são indicativos das desigualdades existentes. Essa concepção de violência é descrita por Foucault (2012) como dominação, que busca anular as potencialidades do outro. No estudo sobre a percepção de pessoas de classes populares sobre a violência policial, realizado por Machado e Noronha (2002), foi constatado que a aparência pessoal - etnia, modo de vestir, qualidade das roupas - é determinante na relação entre os policiais e os moradores de rua, pois os policiais suspeitam e muitas vezes agridem, em sua maioria, somente os negros e pobres. Esse pré-conceito é descrito por Bronfenbrenner (2011) como um limitador do processo proximal, pois inibe a aproximação entre as pessoas e reforça uma visão discriminatória. Além disso essas ações evidenciam o desempenho de uma instituição de segurança ineficaz em relação ao não cumprimento de seu propósito, isto é, ao invés de proteger, promove mais violência.

Aguiar e D'Oliveira (2011) complementam o conceito de violência institucional ao revelar que esta violência é expressa também na negligência assistencial, na violência emocional/psicológica, na violência física e no abuso sexual. Na violência emocional aparecem o tratamento grosseiro, ameaças, reprimendas, gritos e humilhação intencional, exemplo: *“Eles (policiais) correm a paulada, jogam rojão no chão pra assustar”* (Daniele, 25 anos) ou *“As verbais (violência) às vezes machucam mais do que as carnais, como eu digo. Há muita humilhação, humilham porque é morador de rua”* (Ana, 28 anos).

Na violência física aparecem chutes, socos etc., exemplo: *“Aqui no Parque tem um banheiro que eles te levam lá no fundo e ninguém ouve nada, eles colocam um saco na tua cabeça, te dão um pau”*

(Regina, 29 anos). No abuso sexual, perpetrado por agentes que deveriam zelar pelo bem-estar da população e não o fazem, são descritos o assédio, sensação de ameaça de estupro, entre outros. O exemplo a seguir demonstra essa violência:

A brigada (polícia militar) te revistando sendo homem, não tendo uma brigadiana e batendo em ti, entendeu? O perigo de ser estuprada pelo caminho. Eu já fui várias vezes revistada por brigadianos, já fui mandada até tirar o sutiã, abaixar o sutiã na frente deles. Se eu não abaixasse, eles me davam tiro, me davam pau. Eu falei pra eles “eu não vou abaixar”, mas se eu não abaixasse o pau pegava (Regina, 29 anos).

Nesse estudo apareceram, perpetuados por outras instituições e pessoas, a discriminação social, o preconceito e a indiferença. Exemplo: “*As verbais (violência) às vezes machucam mais do que as carnisais, como eu digo. Há muita humilhação, humilham porque é morador de rua*” (Ana, 28 anos). “*É porque eu sou moradora de rua também. E esses preconceitos aí também, mas mais é pelo meu problema com o HIV, ah... pode dar um cortezinho e pode contaminar outro, nada a ver!*” (Luciane, 31 anos sobre o preconceito que sofre ao procurar emprego). “*Só porque eles veem que a gente é morador de rua não gostam de dar carona. Não dão carona, eles correm a gente do ônibus. Tem uns que até batem na gente*” (Luciane, 31 anos, falando dos motoristas de ônibus). “*Às vezes os caras do bar não entendem, eles não querem dá nada pra quem tá na rua, e se dão, dão azedos, dão estragados*” (Elisabeth, 55 anos, sobre a recusa das pessoas em oferecer alimento para os moradores de rua).

Quando a gente tava dormindo lá no Centro (bairro central da cidade), parou um carro cheio de caras bêbados e viram o meu amigo dormindo, que eles fizeram? Tocaram álcool nele e tocaram fogo nele, ah, disseram: olha ali esse mendigo sem vergonha deitado na calçada, atrapalhando o caminho dos outros. E aí só por preconceito que ele tava deitado ali naquele canto (Luciane, 31 anos).

Há ainda o abandono da família (vista enquanto uma instituição que deveria ser de proteção) como na fala de Letícia, 39 anos: “*Eu falei assim: mãe, eu tenho um problema de epilepsia, mãe, eu vou ter um ataque de epilepsia, aí o que vai acontecer... ah se você morre a gente vai te enterrar e pronto... foi a resposta*”. (Letícia fala que foi parar nas ruas por ter sido abandonada pela família). Violência que gera desamparo, depressão, despersonalização e sentimentos de isolamento e solidão como aparece em outra fala de Letícia, 39 anos:

Tem a parte triste que você se sente fora de contexto, você não sabe de onde você é realmente ... é como se fosse um filme entende... você sabe o que está acontecendo, mas ao mesmo tempo você não faz parte daquele filme, entende!

Segundo Brofenbrenner (2011), a família deve garantir não somente a sobrevivência da criança, mas ser uma fonte de apoio para a socialização, de tal forma que possa desenvolver a habilidade do ser humano em desenvolvimento em comunicar-se e relacionar-se com competência no seu ambiente físico e social. Assim, quando a família não cumpre seu papel, potencializa o sentimento da pessoa de não pertença ao ambiente.

A violência institucional, segundo Minayo (2007), também é resultante da falta de acesso aos serviços necessários, da falta de qualidade ou inadequação do atendimento, que representa mais uma agressão à pessoa que busca assistência para os diversos tipos de necessidades. Segundo Chauí (1985), a violência institucional é conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. É a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação àqueles que são compreendidos como superiores e inferiores. Ação que trata um ser humano não como ser humano, mas como uma “coisa”. Este se caracteriza pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. Portanto, a violência institucional é uma realidade experienciada no cotidiano dessas moradoras de rua e que afeta seu desenvolvimento, pois está relacionada diretamente a sua autoestima, autoimagem e sua capacidade de interação social.

2) Violência estrutural

Já a violência estrutural, segundo Minayo (2007), é considerada uma das formas mais cruéis de violência, pois diz respeito às mais diferentes formas de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. É a violência responsável pela miséria no mundo. A violência estrutural contém a violência institucional, mas, para efeitos de compreensão do fenômeno, neste estudo foram separadas em suas análises. O intuito dessa separação é justamente dar visibilidade à violência que as mulheres sofrem no contexto de rua, que reflete a forma como a sociedade as trata. A fala de Letícia revela como a violência estrutural se manifesta:

Isso (estupro) aconteceu uma vez ... não, várias vezes porque às vezes eu tive que ficar com rapazes que eu não gostava só pra ter comida. Não é um tipo de estupro, você tem que estar ali porque você não tem onde estar, você não tem o que comer então você tem que estar com essa pessoa sem gostar, sem amar ela, por necessidade.

A fala de Regina, 29 anos, mostra a vulnerabilidade das relações de gênero desiguais: “Se tu não dá o dinheiro tu apanha. apanha, tu és torturada. Pra mulher é mais difícil, entendeu, do que pra homem. Porque a mulher às vezes não tem defesa, o homem é mais forte que a mulher”.

A violência estrutural, aponta Minayo (1990), é "aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas consequências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora" (p. 290). É ainda a que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos, conduzindo à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, tornando-os mais vulneráveis ao sofrimento e à morte (Minayo, 1994). Como neste exemplo: “Eu era cadeeira (presidiária), aí eu tenho que dar várias baixas nos meus papéis pra arranjar serviço. E agora que eu arrumei tudo não querem me dar serviço, só porque eu sou uma moradora de rua” (Regina, 29 anos).

Segundo Diniz, Lopes, Arrazola, Gesteira e Alves (2004), consideram-se duas modalidades na violência estrutural: a violência por omissão e a violência por comissão, sendo a primeira conceituada como a negação total ou parcial de ações médico-sanitárias bem como a precariedade institucional, observada por meio do descaso, da negligência e da omissão ou da inexistência de um serviço público. Essa violência aparece na fala de Letícia, 39 anos:

A polícia... vamos falar a verdade, tipo você liga (telefonar) na real eles dizem que não correspondem a eles, aí quando você liga de novo dizem que não pode fazer nada e desligam na tua cara, é verdade. Aí o guarda municipal você diz que tem um problema diz que nunca tem o negócio pra você lá, que não compete a ele, compete a outro e aí vai, a gente vira uma bola de ping-pong daqui pra lá.

Já a violência por omissão compreende a violência técnica, inerente à teoria e à prática dentro dos serviços de saúde. Trata-se da violência embutida nas práticas e nos procedimentos indesejáveis e/ou desnecessários e da consequente repercussão sobre a saúde e a vida da população usuária. A violência estrutural está também presente nos sistemas ecológicos e, principalmente, reforçada por um sistema político e econômico, pautado na exclusão daqueles que não são vistos como produtivos.

Morar na rua não é um fenômeno contemporâneo, pelo contrário, está historicamente presente pela forma como o Brasil foi colonizado. Crianças abandonadas, loucos e mendigos faziam parte do cotidiano das ruas nas capitais brasileiras. Com o advento das instituições totais, as mesmas instituições que outrora cometiam violências como orfanatos e manicômios, o processo de higienização das ruas tornou-se uma bandeira das classes econômicas mais favorecidas. Essas instituições também se mostraram ineficientes.

Durante décadas, o Estado não investiu em políticas capazes de amenizar essa situação e a população de rua cresceu com o mesmo fôlego da população geral. Entretanto essa falta de investimento em várias áreas como educação, habitação e trabalho fomentou o agravamento dessas desigualdades sociais. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ainda é uma política recente e em fase de

implantação e requer de muitos esforços para uma efetiva mudança. A invisibilidade das necessidades de proteção dessas mulheres é proporcional à falta de programas governamentais ou não governamentais. Além disso necessita-se de políticas e programas que ultrapassem a lógica assistencialista, mas que compreendam a lógica de vida dessa população. A permanência na rua dificulta ainda mais o retorno para um patamar onde há uma delimitação de espaço físico e uma exigência com o autocuidado.

É indiscutível que os moradores e moradoras de rua estejam confinados inicialmente nesse ambiente pela falta de recursos financeiros, habitacionais e empregabilidade. Mas, segundo Pimenta e Silva (2010), as questões relacionadas à perda dos vínculos familiares, a identidade e a sensação de liberdade também contribuem para que essas pessoas permaneçam nessa condição. Além disso estar na rua pode ser indício de problemas com drogas e ou presença de algum transtorno mental severo e persistente. Portanto, as violências presentes e discutidas neste estudo (institucional e estrutural) em mulheres em situação de rua revelam a desigualdade social, a de gênero e a falta de acesso aos direitos constitucionais e humanos.

Considerações finais

Em relação à violência nos sistemas ecológicos, identificadas como categorias neste estudo, pode-se afirmar que as violências institucionais e estruturais estão presentes em todos os contextos (micro-, meso-, exo- e no macrosistema). As moradoras de rua denunciam a violência perpetrada por policiais militares e outros profissionais de instituições públicas, que deveriam zelar pelo seu bem-estar e de toda a população. Esses e outras pessoas com que elas têm contato apresentam em suas práticas, segundo as moradoras de rua, ideologias de descrédito e menos-valia. Parecem tratá-las como cidadãs sem direitos, desprovidas de qualidades e não levam em conta a individualidade, desejos e necessidades das mesmas. Os policiais, por exemplo, são vistos como pessoas que abusam do poder, e esse fato está presente nas falas em que aparecem a exploração, a discriminação e a negação de direitos.

Pode-se pensar que em todos os sistemas ecológicos nos quais as moradoras estão inseridas há situações de violência, já que não possuem recursos básicos (moradia, alimentação adequada, condições de higiene, respeito) para seu pleno desenvolvimento. Exemplo disso está no microsistema familiar, em que suas famílias de origem já viviam em extrema vulnerabilidade social, ou no microsistema rua, pelas condições ambientais e sociais precárias. No mesossistema, evidencia-se a falta de apoio social e de uma rede mais eficaz de serviços; no exossistema, a política de assistência social ainda em fase de implementação dos programas; e, por fim, o macrosistema com ideologias, crenças, pré-conceitos que levam à discriminação e violação de direitos como cidadãs.

Evidenciou-se, neste estudo, que as moradoras de rua estão expostas a diversos tipos de violência em seus diferentes contextos. A existência de múltiplas formas de violência leva a situações de vulnerabilidade que agravam ainda mais o quadro de miserabilidade a que estão expostas e a qualidade de vida dessas moradoras.

Acredita-se que a pesquisa foi benéfica para as moradoras de rua, pois estas utilizaram tal espaço para denunciar sua realidade, seu cotidiano e os sentimentos advindos dessa experiência. Percebe-se que, apesar das políticas públicas protetivas, advindas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou de outros setores, como os da segurança pública, dos direitos humanos e da área da saúde, ainda essas moradoras de rua são invisíveis ao sistema social, pois as mesmas têm acesso restrito aos serviços. O desafio deste estudo foi justamente mostrar a existência dessa população e proporcionar espaço às participantes para refletir, pensar e se posicionarem em relação a algo que faz parte do seu cotidiano e que muitas vezes é banalizado.

As limitações deste estudo estão relacionadas ao fato de a investigação abordar o contexto de um centro urbano com características próprias e de que esses dados são específicos e não generalizáveis. Entretanto refletem uma realidade que está presente na maioria das cidades brasileiras que possuem moradoras de rua. Outra questão está relacionada ao local onde foram realizadas as entrevistas, isto é, dentro de uma instituição, de caráter público, o que pode ter inibido alguma crítica sobre a mesma, já

que as participantes elogiaram o funcionamento do Centropop. São necessários mais estudos sobre o tema, pois a escassez dos mesmos revela o desinteresse da sociedade científica da psicologia sobre determinados temas, principalmente de uma população marginalizada. Reconhecer essas violências e pensar mudanças são avanços propulsores para o desenvolvimento saudável dessas pessoas que vivem na rua, na qualificação dos serviços que lhes atendem e na evolução da sociedade como um todo. Segundo Bronfenbrenner (2011), é “tornar os humanos mais humanos”.

Referências

- Aguiar, J. M. & D'Oliveira, A. F. P. L. (2011). Violência institucional em maternidades públicas sob a ótica das usuárias. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 15 (36), 79-92.
- Arendt, H. (1994). *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Botti, N., Castro, C. G., Silva, M. F., Silva, A. K., Oliveira, L. C., Castro, A. C., & Fonseca, L. L. (2010). Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 59(1), 10-16.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Carlotto, C. M. & Garcia, L. C. (2009). Mas afinal porque a rua? *Serviço Social em Revista*, 12. 1-15.
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In M. Chauí, R. Cardoso, & M. C. Paoli (Orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher* (pp.25-62). Rio de Janeiro: Zahar.
- antas, M. (2007). *Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios*. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, RJ.
- Decreto n. 7.053. (2009, 23 de dezembro). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- Diniz, N. M. F., Lopes, R. L. M., Arrazola, L. S. D., Gesteira, S. M. A., & Alves, S. L. B. (2004). Violência doméstica e institucional em serviços de saúde: experiências de mulheres. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(3), 354-356.
- Foucault, M. (2012). *Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Frangella, S. M. (2004). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, Campinas, São Paulo.
- Lovisi, G. M. (2000). *Avaliação de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, Rio de Janeiro.
- Machado, E. P. & Noronha C. V. (2002). A Polícia dos Pobres: Violência Policial em Classes Populares Urbanas. *Sociologias*, 7, 188-221.
- Minayo, M. C. S. (1990). A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 6(3), 278-292.
- Minayo, M. C. S. (1994). A Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10 (1), 07-18.
- Minayo, M. C. de S. (2007). Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde individual e coletiva. In E. R. Souza (Org.). *Impactos da Violência na Saúde* (pp.14-35). Rio de Janeiro: EAD/ENSP.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS] (2008). Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário Executivo. *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília: MDS. Brasília (DF): SAGI.
- Organização Mundial de Saúde [OMS] (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra.
- Pimenta, C. A. M. & Silva, C. L. (2010). Moradores de rua e realidade social contemporânea. *Rev. Bras. de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 6 (3), 136-158.
- Prates, J. C., Abreu, P., & Cezimbra L. (2004). Mulheres em situação de rua. In L. C. Bulla, J. M. R. Mendes & J. C. Prates (Orgs.), *As múltiplas formas de exclusão social* (pp. 165- 190). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Rosa, C. M. M. (2005). *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec.
- Rosa, A. S. & Bretãs, A. C. P. (2015). A violência na vida das mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface- Comunicação, Saúde, Educação*, 19(53), 275-85.
- Schuch, P. & Gehlen, I. (2012). A situação de rua para além de determinismos: explorações conceituais. In P. Schuch & K. Krieger. *A Rua em Movimento: debates a cerca da situação da população adulta de rua na cidade de Porto Alegre* (pp. 27-42). Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil.
- Tiradentes, L. R. (2007). *Diagnósticos de enfermagem identificados em mulheres em situação de rua*. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Universidade de Guarulhos. São Paulo.

Recebido em 05/05/2016
Aceito em 15/09/2016

Clarissa De Antoni: doutora em psicologia do desenvolvimento (UFRGS, 2005), mestre em psicologia (UFRGS, 2000), especialista em psicologia social, graduação em psicologia. Experiência em docência, pesquisa e profissional na área de psicologia com ênfase na saúde comunitária. Foco de pesquisa e intervenção em desenvolvimento de crianças, adolescentes e famílias em situação de risco psicossocial, violência intrafamiliar, resiliência e vulnerabilidade familiar, políticas públicas em saúde mental coletiva. É professora adjunta III da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e de cursos de especialização na área de psicologia. Chefe do Departamento de Psicologia-UFCSPA de 2013-2014. Tutora do PET Saúde de 2010-13. Coordenadora do PET Saúde/ Redes de Atenção II.

Aline Assmann Ruas Munhós: psicóloga, pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA. Atua como psicóloga clínica e como voluntária, por meio dos Parceiros Voluntários, no Hospital Nossa Senhora das Graças - Canoas. Experiência profissional nas áreas da saúde, escolar e assistência. Realiza palestras em instituições.